

DISCLOSURE DOS ATIVOS INTANGÍVEIS DAS EMPRESAS BRITÂNICAS PERTENCENTES AO ÍNDICE FTSE 100

Márcio Viana Rolim¹
viana_bit@terra.com.br

Sirlei Lemes²
sirlemes@uol.com.br

Marcelo Tavares³
mtavares@ufu.br

Resumo

O atual movimento de consolidação da convergência mundial das normas contábeis, orientadas aos padrões internacionais emitidos pelo IASB (*International Accounting Standards Board*), manifestou interesse na identificação do nível de evidenciação dos ativos intangíveis, de acordo com a IAS 38, praticado pelas empresas britânicas pertencentes ao Índice FTSE 100, da Bolsa de Valores de Londres, em 2006. A mensuração do nível de evidenciação se tornou possível com a análise de conteúdo dos relatórios financeiros e aplicação de um roteiro norteado dos estudos de Botosan (1997), Eng e Mak (2003), Lanzana (2004) e Goldner (2006). Os resultados assinalam que apenas 18,6% das empresas da amostra atingiram 100% da evidenciação dos ativos intangíveis, mesmo legalmente obrigadas a realizá-la. Foram efetuados testes de desdobramento dos resultados por meio da Correlação Canônica e pela estimativa de *Bootstrap*. Os resultados dos testes revelaram que apenas a variável ROA (Retorno sobre Ativo) se mostrou significativa quando relacionada com o nível de evidenciação das empresas. Assim, conclui-se que as práticas de *disclosure* dos relatórios financeiros carecem de melhor elaboração para atender às exigências do IASB, mais especificamente, a Norma IAS 38 dos ativos intangíveis.

Palavras-chave: Ativo Intangível, *Disclosure*, Contabilidade Internacional, Convergência, Normas Contábeis.

INTRODUÇÃO

No cenário econômico das décadas de 1980 e 1990, caracterizado pelas mudanças constantes e rápidas, fez-se necessária uma atuação diferenciada por parte das empresas,

¹ Professor Mestre, Departamento de Administração do Centro de Ensino Superior de Catalão - CESUC

² Professora Doutora, Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia - UFU

³ Professor Doutor, Faculdade de Matemática da Universidade Federal de Uberlândia - UFU

justificando o interesse pelos ativos intangíveis. As empresas, para manter a sobrevivência, fazem investimentos em ativos intangíveis, tais como pesquisa e desenvolvimento, marcas e patentes.

Na visão de Lev (2001), a onda dos ativos intangíveis, a partir do início da década de 1980, tem combinado a globalização das atividades comerciais, responsável pela intensificação da competição entre as empresas, com a economia da informação, que se caracteriza pelo uso intensivo da tecnologia.

O crescimento das empresas e a complexidade das transações, a concorrência global, a ocorrência de escândalos com fraudes contábeis – como o caso da Enron – e o colapso no mercado hipotecário ocorrido em 2008, a busca por transparência e geração de informações financeiras úteis para usuários externos, sinalizaram para a necessidade de rever as normas contábeis e a convergência para uma norma de orientação internacional padrão.

Para Weffort, Vanzo e Oliveira (2005, p. 8), “a necessidade de uma linguagem contábil comum que permita à Contabilidade fornecer informações objetivas e legíveis em qualquer lugar do mundo torna-se cada vez mais premente”.

Cabe esclarecer, no entanto, que o estudo do ativo intangível e a adoção de uma linguagem contábil objetiva e acessível, isto é, passível de comparação, não surgiram com a globalização ou com o alerta ocorrido pelas fraudes contábeis nos Estados Unidos, mas porque já eram objetos de estudos e debates antes mesmo da década de 1980.

A respeito das perspectivas da convergência das normas contábeis, Lemes e Carvalho (2004, p. 5) explicam que:

Diante das crises de confiabilidade do mercado e motivado pela crença de que maior transparência nas informações possa reduzir os custos do capital, reduzir os custos de adequação das demonstrações financeiras para outro conjunto de normas, reduzir riscos, e, conseqüentemente, atrair mais investimentos, o FASB assina, em 2002, o acordo de convergência com o IASB.

O Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) é um órgão que tem se mantido como responsável por emitir Normas Internacionais de Relatórios Financeiros, as IFRS, que se acrescentaram as Normas Internacionais Contabilidade (IAS) já existentes.

Problema de Pesquisa e Objetivo

Alguns estudos abordam o nível de *disclosure* prestado pelas empresas: Verrecchia (1983) estudou a evidenciação voluntária das informações financeiras; Botosan (1997) procurou examinar a associação existente entre o nível de evidenciação e o custo de capital do

patrimônio líquido de uma amostra de empresas. No contexto brasileiro, Oliveira e Ponte (2004) mostraram o grau de evidenciação das demonstrações contábeis tradicionais nas sociedades anônimas brasileiras quanto às informações de natureza avançada e não obrigatória, e Goldner (2006) investigou o nível de evidenciação das demonstrações contábeis dos bancos brasileiros. Contudo tais estudos não têm como objeto de pesquisa o *disclosure* do ativo intangível, mas outras fontes de estudos, como, por exemplo, informações não obrigatórias.

Os ativos intangíveis, apesar de serem objetos de outros estudos, apresentam-se como um tema atual, por suscitarem questões a serem resolvidas, quanto à forma de reconhecimento, à mensuração de empresas específicas e à comparação entre elas.

Dentre os trabalhos existentes, destacam-se, por terem relação direta com o objeto deste trabalho, os seguintes: Barth, Kasznik e McNichols (2001) estudaram a relação entre incentivos dos analistas e a extensão dos ativos intangíveis apresentados; Gelb (2002) discutiu como os ativos intangíveis afetam as evidenciações das empresas; Gu e Wang (2005) examinaram a relação entre a previsão de lucros e os ativos intangíveis das empresas; Ritter e Wells (2006) pesquisaram como a convergência internacional das normas contábeis impactaria a evidenciação dos ativos intangíveis pelas empresas australianas. Apesar da contribuição que os trabalhos oferecem, nenhum deles é específico em identificar a evidenciação dos ativos intangíveis com o foco aqui pesquisado.

Dentre as normas emitidas pelo IASB, a IAS 38 prescreve o tratamento da contabilidade quanto à mensuração e à evidenciação dos ativos intangíveis.

Ressalta-se, neste contexto, que os investidores, ao buscar a melhor alternativa de aplicação de seu capital serão atraídos por aqueles mercados que ofereçam as melhores condições e oferta de informações confiáveis das empresas investidas.

A identificação do nível de *disclosure* dos ativos intangíveis, segundo as Normas Internacionais de Contabilidade, tornou-se possível, no presente estudo, quando se analisaram os relatórios contábeis. As empresas britânicas listadas em bolsas de valores estão obrigadas a divulgar suas demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade desde 2005, tendo sido, portanto, as escolhidas para a realização do presente estudo. Os relatórios contábeis utilizados foram aqueles apresentados à Bolsa de Valores de Londres, elaborados segundo as normas do IASB. Partindo dessa contextualização, o presente trabalho se estrutura em torno de responder à seguinte indagação: qual o nível de evidenciação dos ativos intangíveis, de acordo com a IAS 38, praticado por empresas britânicas pertencentes ao índice FTSE 100 da Bolsa de Valores de Londres, em 2006?

O índice FTSE do Reino Unido se refere a um índice composto por 100 companhias britânicas com ações de primeira linha (*blue chip*) mais capitalizadas, que se constituem em uma proteção quanto ao tamanho e à liquidez.

Como objetivo geral, pretende-se identificar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis, de acordo com a IAS 38, por meio dos seguintes objetivos específicos: a) identificar a forma de tratamento dos ativos intangíveis pela Norma IAS 38; b) elaborar um instrumento de coleta de dados que permita delinear o nível de evidenciação de ativos intangíveis; c) coletar uma amostra de empresas Britânicas, pertencentes ao Índice FTSE da Bolsa de Valores de Londres; d) calcular e identificar o nível de evidenciação de ativos intangíveis; e) testar a correlação e a significância estatística entre o nível de *disclosure* e os indicadores financeiros e buscar estabelecer relações entre eles.

ATIVO INTANGÍVEL

Na economia mundial, as entidades buscam a maximização do lucro além de suas fronteiras nacionais. Isso já ocorria com os mercadores e companhias de navegantes na época de Marco Paulo com as suas viagens a China, e continua ocorrendo na atualidade em vários segmentos, como por exemplo, com as empresas de tecnologia lideradas por Michael Dell ou Bill Gates.

Esta incansável busca de novos mercados, juntamente com o desenvolvimento das habilidades empresariais e a criação de diferenciais competitivos podem gerar riqueza, que podem ser entendidas pelas palavras de Nonaka (1997) e por Edvinsson e Malone (1998) a seguir.

Para Nonaka (1997, p. 27), “o conhecimento é um ativo único e duradouro de vantagem competitiva”. Edvinsson e Malone (1998, p.19) explicam que “o capital intelectual é responsável por tornar as entidades atrativas e sustentáveis quanto à criação de valor”.

Logo, entende-se que o aumento da sofisticação dos mercados e das empresas levará a um fenômeno em que uma parcela significativa do valor atribuível a uma entidade corresponderá a intangíveis presentes em seu negócio.

Para discorrer sobre ativo intangível, faz-se necessário abordar, inicialmente, a definição do ativo. Segundo Martins (1972, p. 30) o “ativo é o futuro resultado econômico que se espera obter de um agente”.

Para Hendriksen e Breda (1999, p. 286), “os ativos devem ser definidos como potenciais de fluxos de serviço ou direitos a benefícios futuros sob o controle de uma organização”.

Fundamentalmente, um ativo sobre o domínio da empresa é um agente intrínseco da entidade, sendo responsável por gerar a ela os retornos futuros esperados que foram determinantes na decisão de sua aquisição ou renovação.

O ativo intangível está contido no conceito de ativo, que é mais amplo e engloba todos os ativos existentes. Segundo Hendriksen e Breda (1999, p.388):

os ativos intangíveis formam uma das áreas mais complexas da teoria da contabilidade, em partes em virtude das dificuldades de definição, mas principalmente por causa das incertezas a respeito da mensuração de seus valores e da estimação das suas vidas úteis.

Devido à dificuldade exposta por Hendriksen e Breda (1999) referente aos ativos intangíveis, esta seção tem por objetivo apresentar definições desses ativos. Hendriksen e Breda (1999), Schmidt e Santos (2002), Iudícibus (2004), compartilham da mesma definição para os ativos intangíveis, ao afirmar que os intangíveis seriam aqueles em que não se conseguem tocar, mesmo com a possível inexatidão dessa afirmação.

Segundo Lev (2001, p.5) “o ativo intangível é uma previsão de benefícios futuros que não têm uma materialização física ou financeira (uma ação ou uma obrigação)”. Para este trabalho, o conceito utilizado será aquele fornecido pelo IASB (2007), na norma IAS 38, exposto na próxima seção.

Os itens que, caracteristicamente, se classificam como ativos intangíveis, segundo Hendriksen e Breda (1999), Schmidt e Santos (2002) e Iudícibus (2004) são: 1) Marcas e nomes de produtos; 2) Patentes; 3) Franquias; 4) Licenças; 5) *Goodwill*; 6) Direitos de autoria; 7) Desenvolvimento de *software*; 8) Pesquisa e desenvolvimento; 9) Gastos de implantação e pré-operacionais; 10) Certos investimentos de longo prazo; 11) Matrizes de gravação; 12) Compromissos de não concorrer; 13) Direitos de operação 14) Processos secretos.

NORMA INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE - IAS 38

Essa norma objetiva definir o tratamento contábil para ativos intangíveis que não são abrangidos, especificamente, em outras normas, e estabelece que uma entidade reconheça um ativo intangível se, e somente se, critérios específicos forem satisfeitos. A norma também especifica como mensurar o valor contábil dos ativos intangíveis e promove evidenciações específicas sobre eles. O ativo intangível é definido como um recurso não-monetário identificável sem substância física, sendo este o conceito utilizado para o presente estudo.

Identificação

Um ativo atende ao critério de identificação, quando primeiro, possuir a capacidade de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou em conjunto, com um contrato, ativo ou passivo relacionado; ou, segundo, quando for resultante de direitos contratuais ou direitos legais, quer esses direitos sejam transferíveis ou separáveis da entidade.

Uma entidade controla um ativo, se tiver o poder de obter os benefícios econômicos futuros que fluam do recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios.

O controle dos benefícios econômicos futuros de um ativo intangível surge de direitos legais, que, quando ausentes, dificultam a sua comprovação. O mercado e o conhecimento técnico emergem como outras formas de caracterização dos benefícios econômicos futuros.

Os benefícios econômicos futuros gerados por um ativo intangível podem incluir a receita de venda de produtos ou serviços, a redução de custo ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade.

Reconhecimento e Mensuração

Quanto aos critérios de reconhecimento, estes serão satisfeitos quando for provável que os benefícios econômicos futuros esperados, atribuíveis ao ativo, fluam para a entidade e que o custo do ativo possa ser mensurado com segurança. A natureza dos ativos intangíveis implica, freqüentemente, não haver o que ser adicionado ao ativo nem se poder substituir parte dele. Desta forma, gastos realizados para manter a expectativa dos benefícios econômicos futuros serão reconhecidos no resultado por não se conseguir separá-los dos demais gastos incorridos no desenvolvimento do negócio.

Segundo a Norma IAS 38 parágrafo 23, a entidade usará “o julgamento para avaliar o grau de certeza relacionado ao fluxo de benefícios econômicos futuros atribuíveis ao uso do ativo, com base nas evidências disponíveis no momento do reconhecimento inicial, dando maior peso às evidências externas”. O ativo intangível deve ser avaliado, inicialmente, pelo seu valor de custo.

Os reconhecimentos dos ativos intangíveis podem se originar de diferentes maneiras: adquiridos separadamente, adquiridos em combinação de negócios, adquiridos com auxílio governamental, adquiridos por trocas de ativos intangíveis, *goodwill* gerado internamente, ativos intangíveis gerados internamente.

Avaliação dos Ativos Intangíveis

Após o reconhecimento inicial de um ativo intangível, a entidade escolherá o modelo de custo ou o modelo de reavaliação como a sua política de contabilização. Se um ativo

intangível é contabilizado ao valor reavaliado, todos os outros ativos intangíveis em sua classe também deverão ser reavaliados, a menos que não haja nenhum mercado ativo para esses ativos. Uma classe de ativos intangíveis é definida como um grupo de ativos com natureza e uso semelhantes nas operações de uma entidade.

No modelo de custo, após o reconhecimento inicial, um ativo intangível deverá ser escriturado ao seu custo menos qualquer amortização acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

No modelo de reavaliação, após o seu reconhecimento inicial, um ativo intangível terá de ser escriturado ao seu valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo à data da reavaliação menos qualquer amortização acumulada subsequente e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Com o propósito de reavaliação, de acordo com a norma IAS 38, o valor justo será determinado com referência ao mercado ativo, devendo sofrer atualizações regularmente para que, à data do balanço, o valor contábil do ativo não apresente diferenças relevantes em relação ao seu valor justo.

Vida Útil

A contabilização da amortização dos ativos intangíveis baseia-se na sua vida útil, e esta deverá ser avaliada como finita ou indefinida, e, quando for finita, será fundamentada na duração, ou volume de produção ou unidades similares que formam essa vida útil.

O termo indefinida, vale esclarecer, não significa infinita. Um ativo intangível será classificado como dotado de uma vida útil indefinida, quando a entidade, sob todas as análises importantes possíveis, não encontrar um limite previsível para o período durante o qual se espera que o ativo gere entradas de fluxos de caixa líquidos.

Um ativo intangível, com uma vida útil finita, é amortizado, enquanto aquele com vida útil indefinida não. Quanto ao período de amortização, os ativos intangíveis com vida útil finita devem ser amortizados de forma sistemática a partir do momento em que são colocados à disposição para uso ou forem organizados em condições desejadas pela administração. A amortização cessará na data em que o ativo for classificado como mantido para venda.

DISCLOSURE

O mercado, de uma forma geral, necessita que as empresas alvo de investimentos apresentem *disclosure* por meio de relatórios financeiros regulares, notas explicativas, relatórios gerenciais com análises e discussões de resultados e documentação exigida por órgãos reguladores. Isso pode ocorrer com o objetivo de atender a uma obrigação legal, ou de

reduzir a assimetria da informação contábil proveniente do problema de *agency* ou para obter a confiabilidade para novos investimentos.

Quando as empresas passam a depender cada vez mais do capital estrangeiro, ocorre um processo de direcionar a divulgação financeira para cada mercado no qual se pretende captar recursos (HENDRIKSEN e BREDA, 1999).

Segundo Souza (1995, p. 53), *disclosure* é definido “como sendo qualquer divulgação deliberada de informação da empresa para o mercado, seja quantitativa ou qualitativa, requerida ou voluntária, via canais formais ou informais”.

Para Iudícibus (2004, p. 123), “o *disclosure* está ligado aos objetivos da Contabilidade, ao garantir informações diferenciadas para os vários tipos de usuários”. O autor afirma que, “o objetivo da evidenciação e seus limites não são esclarecidos positivamente, mas expressos através da vaga frase: não tornar os demonstrativos enganosos”.

Segundo Iudícibus (2004, p. 121) a evidenciação é um:

[...] compromisso inalienável da Contabilidade com seus usuários e com os próprios objetivos. As formas de evidenciação podem variar, mas a essência é sempre a mesma: apresentar informação quantitativa e qualitativa de maneira ordenada, deixando o menos possível para ficar de fora dos demonstrativos formais, a fim de propiciar uma base adequada de informação para o usuário.

Assim, compreende-se o *disclosure* como o próprio objetivo da contabilidade de buscar fornecer informações úteis para usuários com a intenção decisória, porém, com a preocupação adicional sobre o aspecto da qualidade dessas informações oferecidas.

O Quadro 1 apresenta alguns artigos com o termo adotado para a tradução de *disclosure*, bem como os autores nos quais essa tradução se fundamentou.

Autor (ano)	Evidenciação	Divulgação	Revelação	Transparência	Principais autores citados para fundamentar a definição de <i>disclosure</i>
Carvalho, Trapp e Chan (2004)	x				Iudícibus (2000)
Malacrida e Yamamoto (2006)	x				Iudícibus (2000)
Palha (2006)	x				Iudícibus (2000), Machado Jr. e Reis (2001)
Aquino e Ferreira (2007)		x			Iudícibus (1997), Hendriksen e Breda (1999)
Gallon, Beuren e Hein (2007)	x	x		x	Dantas, Zendersky e Niyama (2004), Quinteiro (2004)
Godoy e Costa (2007)	x	x			Hendriksen e Breda (1999), Iudícibus (2004)
Junior, Varela e Martins (2007)	x				Iudícibus (2000)
Peleias et. al (2007)	x				Hendriksen e Breda (1999), Iudícibus(2000),Goulart (2003)
Silveira (2007)	x				Hendriksen e Breda (1999), Iudícibus (2004)
Darós, Borba e Junior (2007)	x				Lopes e Lima (1999)
Alves e Lima (2008)	x	x			Healy e Palepu (2001), Bushman, Piotroski e Smith (2004)
Beuren e Klann (2008)	x	x			Most (1977), Radebaugh e Gray (1977) Iudícibus (2004)
Souza et. al (2008)	x	x			Iudícibus (2000)
Crisóstomo (2009)	x	x			Cañibano, García-Ayuso e Sánchez (2000)

Gabriel, Pimentel e Martins (2009)	x	x		Verrecchia (2001), Dye (2001), Iudícibus e Lopes (2004)
Murcia e Santos (2009)	x	x		Iudícibus (2000), Alam (2007)
Pereira et. al (2009)	x			Iudícibus (2004), Healy e Palepu (2001)

Quadro 1 – Sinônimos de *Disclosure* Utilizados em Trabalhos Científicos

Fonte: Elaborado pelos autores

No Quadro 1 observa-se que as palavras evidenciação e divulgação, nos trabalhos coletados, freqüentemente são utilizadas como sinônimo de *disclosure*. As expressões revelação e transparência, nesses trabalhos, raramente foram utilizadas para indicar *disclosure*. Nota-se ainda que, a definição de *disclosure* mais comumente utilizada é aquela adotada por Iudícibus (2000 e 2004). No presente trabalho, como já mencionado, o termo *disclosure* terá como sinônimo as expressões evidenciação e divulgação.

A evidenciação refere-se a todo o conjunto das demonstrações contábeis. Iudícibus (2004, p. 126) lista, em seis principais, as formas de evidenciar as informações contábeis: “1. Forma e apresentação das demonstrações contábeis; 2. Informação entre parênteses; 3. Notas explicativas; 4. Quadros e demonstrativos suplementares; 5. Comentários do auditor; e 6. Relatório da administração”.

METODOLOGIA

Este trabalho tem a finalidade tanto de descrever o objeto da evidenciação dos ativos intangíveis, segundo as Normas Internacionais de Contabilidade, quanto de apresentar o nível de evidenciação desses ativos pelas empresas que fornecem informações aos usuários externos, o que reforça a classificação da pesquisa como descritiva.

Como método de abordagem é caracterizado como método hipotético-dedutivo, que segundo orienta Lakatos (2004, p. 91), “se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese”.

Neste trabalho, por meio de ferramentas estatísticas descritivas, foram examinados os níveis de evidenciações das empresas. As hipóteses que nortearam foram:

- Hipótese (H₁): todas as empresas da amostra evidenciam cem por cento das informações sobre os ativos intangíveis requisitadas pela Norma IAS 38 e contidas no roteiro elaborado (conforme seção Elaboração e Aplicação do Roteiro).
- Hipótese (H₂): alguma empresa da amostra evidencia menos de cem por cento das informações sobre os ativos intangíveis requeridas pela Norma IAS 38.

A partir dos níveis de *disclosure* das empresas, buscou explicações para os resultados obtidos, pelo teste das hipóteses H₁ e H₂, por meio da verificação de relações explicativas

ligadas às informações patrimoniais e taxas de desempenho fornecidas pela Bolsa de Valores de Londres em relatórios denominados *Company Profile*.

Esses relatórios *Company Profile* são individuais por empresa e fornecem informações quanto à presença de ativos totais, de patrimônios líquidos, de ativos intangíveis, das participações de minoritários, dos retornos sobre o ativo e patrimônio líquido, de alavancagem financeira, de quociente de liquidez e de Beta.

Descrição da Pesquisa

A escolha das empresas do Reino Unido, relacionadas na Bolsa de Londres, ocorreu porque o trabalho estuda o nível de evidenciação dos ativos intangíveis segundo as normas do IASB, que passaram a ser obrigatórias a partir de 2005 para quem negocia nesse mercado.

Portanto, as empresas do Reino Unido escolhidas, no ano de 2006, participaram do índice das 100 empresas mais capitalizadas, Índice FTSE 100, da Bolsa de Valores de Londres. As companhias referidas nesse índice possuem ações de primeira linha, que representam, aproximadamente, 81% do mercado do Reino Unido, conforme dados do endereço eletrônico da Bolsa de Valores de Londres.

Foram utilizados, para análise, os relatórios anuais das entidades publicados no sítio da Bolsa de Valores de Londres (2007) ou no endereço eletrônico da própria empresa.

Amostra da Pesquisa

A seleção dessas empresas aconteceu mediante dois passos. O primeiro passo consistiu no cálculo para determinar a amostra de empresas em que se aplicaria o roteiro. Segundo Freund e Simon (2000) e Barbetta (2003), o processo ocorre com base no cálculo do erro amostral seguido de cálculo do tamanho da amostra, conforme descrito a seguir.

A definição do erro amostral dependerá do risco de errar, que o pesquisador admitirá, na avaliação de seus parâmetros de interesse (BARBETTA, 2003). Theóphilo, Sacramento e Neves *et. al* (2000) acolheram erro amostral de 6,52%. Nas pesquisas de Rezende, Guimarães e Tavares (2002), Dahmer e Estrada (2002), o erro amostral adotado foi de 10%, e Ricardino Filho (2003) utilizou-se de erro amostral de 13%. Nesta pesquisa, considerou-se o erro amostral de 7%, escolhido aleatoriamente numa escala de 1 a 10% e apresentado na fórmula (1) e (2) a seguir:

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2} \quad n_0 = \frac{1}{0,07^2} \quad n_0 = \frac{1}{0,0049} \quad n_0 = 204,08 \quad (1)$$

Onde:

n_0 = é a primeira aproximação do tamanho da amostra

E_0 = é o erro amostral tolerável

$$n = \frac{N \times n_0}{N + n_0} \quad n = \frac{100 \times 204,08}{100 + 204,08} \quad n \approx 67 \quad (2)$$

Onde:

n = é o tamanho da amostra

N = é o número de elementos da população

Com a aplicação do cálculo estatístico, estimou-se o número de 67 empresas para a realização da pesquisa. Para selecionar os elementos da população, a fim de formar a amostra, executaram-se os seguintes passos: ordenaram-se as empresas em ordem alfabética e as numeraram de 1 a 100; utilizou-se de uma planilha eletrônica com recurso de criação de lista aleatória, que gerou 67 números randomicamente; estes 67 números, aleatoriamente sorteados, passaram a corresponder às empresas da amostra.

Para compor a amostra deste trabalho, o segundo passo foi coletar os relatórios contábeis a serem analisados. Após analisar as empresas selecionadas, constatou-se que 8 (oito) delas não continham o ativo intangível registrado em seus relatórios anuais, reduzindo o número de empresas aptas à aplicação do roteiro de 67 para 59 empresas.

As oito empresas que não apresentavam o ativo intangível em seus relatórios anuais, no ano de 2006, foram: 3i Group, Drax, Hammerson, Land Securities, Legal e General, Liberty International, Morrisons e Next. As que registraram os dados utilizados nesta pesquisa estão relacionadas no Quadro 2, a seguir.

Empresas	SETOR DE ATUAÇÃO
1. Admiral Group	Seguro
2. Alliance Trust	Cia. de Fundos e Investimentos
3. Amec	Distribuição de Petróleo
4. AstraZeneca	Ind. Farmacêutica e Biotecnologia
5. Autonomy Corporation	Serviços de Softwares e Comp.
6. Balfour Beatty	Construção e Materiais
7. Barclays	Bancos
8. BG Group	Produção de Petróleo e Gás
9. BHP Billiton Group	Mineração
10. BP	Produção de Petróleo e Gás
11. British Amer. Tobacco	Tabaco
12. British Land Company	Lazer e Entretenimento
13. British Sky Broad.	Mídia
14. BT Group	Telecomunicações
15. Bunzl	Serviços de Apoio
16. Cable & Wireless	Telecomunicações
17. Cadbury Schweppes	Indústria de Alimentos
18. Carnival Corporation	Lazer e Entretenimento
19. Centrica	Gás, Água e Multi utilidades
20. Compass Group	Lazer e Entretenimento
21. Diageo	Bebidas
22. First Group	Lazer e Entretenimento
23. Friends Provident	Seguro
24. Glaxo Smith Kline	Ind. Farmacêutica e Biotecnologia

25. Group 4 Securicor	Serviços de Apoio
26. HSBC Holdings	Bancos
27. Imperial Tobacco	Tabaco
28. InterContinental Hotels	Lazer e Entretenimento
29. International Power	Eletricidade
30. Invensys	Serviços de Softwares e Comp.
31. Johnson Matthey	Indústria Química
32. Kazakhmys	Mineração
33. Kingfisher	Varejo em Geral
34. Lloyds TSB Group	Bancos
35. Lonmin	Mineração
36. Man Group	Finanças em Geral
37. Marks and Spencer	Varejo em Geral
38. National Grid	Gás, Água e Multi utilidades
39. Old Mutual	Seguro
40. Pearson	Mídia
41. Prudential	Seguro
42. Reed Elsevier	Mídia
43. Rio Tinto	Mineração
44. Rolls-Royce Group	Aeroespacial e Defesa
45. Royal Bank of Scotland	Bancos
Empresas	SETOR DE ATUAÇÃO
46. Royal Dutch Shell	Produção de Petróleo e Gás
47. SAB Miller	Bebidas
48. Sage	Serviços de Softwares e Comp.
49. Schroders	Finanças em Geral
50. Scottish and Southern	Eletricidade
51. Severn Trent	Gás, Água e Multi utilidades
52. Smith & Nephew	Equip. e Serv. de Cuidados Médicos
53. Smiths Group	Indústria em Geral
54. Tesco	Alimentos (varejo)
55. Tullow Oil	Produção de Petróleo e Gás
56. Unilever	Indústria de Alimentos
57. Vodafone Group	Telecomunicações
58. Wolseley	Serviços de Apoio
59. WWP	Mídia

Quadro 2 - Empresas da Amostra e Setores de Atuação
Fonte: Elaborado pelos autores

No Quadro 2, as empresas são relacionadas, seguidas do seu setor de atuação.

Elaboração e Aplicação do Roteiro

Para alcançar os objetivos deste trabalho, fez-se necessária a elaboração do instrumento de coleta de dados, neste caso, um roteiro, para a avaliação do nível de *disclosure* dos relatórios contábeis, no tocante a ativos intangíveis.

A base para construção do roteiro foram a norma internacional IAS 38 e os trabalhos desenvolvidos por Botosan (1997), por Eng e Mak (2003), por Lanzana (2004) e Goldner (2006). Da norma internacional IAS 38, destacaram-se os principais pontos para a evidenciação dos ativos intangíveis, para a elaboração do roteiro de verificação e, dos

trabalhos dos autores mencionados, para o desenvolvimento do formato e da aplicação do roteiro objetos desta pesquisa.

Dessa forma, por meio do roteiro construído, foi obtido um índice que permitisse demonstrar o nível de evidenciação do ativo intangível nos relatórios anuais das empresas da amostra, segundo os aspectos observados.

O índice calculado é composto por um conjunto de sete itens, do ativo intangível, que deveria estar evidenciado no Relatório Anual das empresas. Para tanto, os itens que compuseram o índice, contidos no roteiro, estão presentes no Quadro 3.

Roteiro dos itens de evidenciação para o ativo intangível

1. Os ativos intangíveis são identificáveis?

É separável, é capaz de ser separado ou dividido da entidade para ser vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou em conjunto com um contrato, ativo ou passivo identificável, mesmo que a entidade não pretenda fazer isso; ou surja de direitos contratuais ou de outros direitos legais, quer esses direitos sejam transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

2. Os ativos intangíveis são controlados?

Uma entidade controla um ativo, se tiver o poder de obter os benefícios econômicos futuros que fluam do recurso subjacente e restrinjam o acesso de outros a esses benefícios.

3. Os ativos intangíveis são reconhecidos?

Os ativos intangíveis serão reconhecidos, se, e somente se: (a) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados que sejam atribuídos ao ativo fluirão à entidade; e (b) o custo do ativo puder ser confiavelmente medido.

4. Qual forma de reconhecimento dos ativos intangíveis foi identificada?

As formas de reconhecimento dos ativos intangíveis são identificadas como:

- ativos intangíveis adquiridos separadamente;
 - ativos intangíveis adquiridos em combinação de negócios;
 - ativos intangíveis adquiridos por auxílio governamental;
 - ativos intangíveis adquiridos por trocas de outros ativos intangíveis;
 - ativos intangíveis gerados internamente.
-

5. A empresa evidenciou o modelo de contabilização adotada para os ativos intangíveis?

A entidade escolheu o modelo de custo ou o modelo de reavaliação como a sua política de contabilização. A entidade manteve o acompanhamento do modelo de contabilização adotado para os ativos intangíveis.

6. São identificadas as vidas úteis dos ativos intangíveis?

A entidade avaliou se a vida útil do ativo intangível é finita ou indefinida.

7. A entidade divulgou para cada classe de ativos intangíveis, reconciliações e ajustes, fazendo distinção entre ativos gerados internamente e outros ativos intangíveis?

A reconciliação do valor contábil, no início e no final do período, demonstrou as adições, as baixas (como ativos classificados como mantidos para venda), os aumentos ou as reduções decorrentes de reavaliações, as provisões para perdas de ativos, as amortizações do período e as variações cambiais líquidas, geradas pela conversão para a moeda de apresentação e de operações no exterior para a moeda de apresentação da entidade.

Quadro 3 - Os Itens do Roteiro de Evidenciação para o Ativo Intangível

Fonte: Elaborado pelos Autores

Quando um item do roteiro é atendido na íntegra a empresa recebe 1 ponto e quando não há menção sobre o assunto é classificado como 0 ponto. Eles foram separados nos termos 0 e 1, para que o seu total pudesse mostrar o índice de *disclosure* presente ou ausente no item. Para aqueles itens que foram atendidos parcialmente, adotou-se a pontuação de 0 como critério de classificação.

Para resumir, a seguir, os passos de aplicação da pesquisa:

1. Identificação da empresa analisada: a partir da amostra (conforme Quadro 2) de empresas, selecionavam-se, em ordem alfabética, as empresas que, seguidamente, foram estudadas;

2. Leitura do relatório anual: foi realizada escolhendo os títulos que poderiam dar indícios de informações sobre a aplicação da IAS 38 (por exemplo, *Accounting Policy*);

3. Armazenamento dos dados: com base no item do roteiro, efetuava-se o preenchimento da pontuação (0 ou 1 referente a cada questão) em planilha eletrônica específica para a coleta dos dados;

4. Conferência Final: efetivou-se a busca por palavras-chave para a conferência (por exemplo, *useful life*), quando algum ponto do roteiro não era atendido totalmente e que, ocasionalmente, pudesse estar em títulos diversos não contemplados no item 2 desse processo de aplicação do roteiro;

5. Resultado obtido: com o somatório compreendido pelos valores de 0 e 1 das questões, verificou-se se foi alcançada a pontuação máxima de 7 pontos possíveis no índice de evidenciação por empresas.

Tratamento dos Dados para Avaliação do Índice de *Disclosure*

Após o cálculo do índice de evidenciação dos ativos intangíveis das empresas, eles foram relacionados com os indicadores financeiros de desempenho organizados e evidenciados em um relatório denominado *Company Profile*, descritos, a seguir, no Quadro 4.

Variáveis	Significado	Descrição
AtivoTT	Valor do Ativo Total	Corresponde aos valores dos ativos totais das empresas
PL	Valor do Patrimônio Líquido	Refere-se aos valores dos patrimônios líquidos das empresas
AI	Valor do Ativo Intangível	Corresponde aos valores dos ativos intangíveis das empresas
AIporAT	Valor do Ativo Intangível dividido pelo Ativo Total	Mede o quanto um ativo intangível tem de participação sobre o ativo total da empresa
AIporPL	Valor do Ativo Intangível dividido pelo Patrimônio Líquido	Mede o quanto um ativo intangível tem de participação sobre o patrimônio líquido da empresa

LL	Valor do Lucro Líquido	Corresponde aos valores dos lucros líquidos/prejuízos das empresas
ROA	Retorno sobre Ativo	Representa o retorno trazido à empresa pelos investimentos realizados no ativo
ROE	Retorno sobre Patrimônio líquido	Representa o retorno trazido à empresa pelos valores investidos pelos acionistas na empresa
Minorit	Valor da participação dos acionistas minoritários	Diz respeito à utilização dos valores das participações dos acionistas minoritários nas empresas
MinporPL	Valor da participação dos acionistas minoritários dividido pelo Patrimônio Líquido	Mede o quanto os acionistas minoritários têm de participação sobre o patrimônio líquido da empresa
Liquid	Quociente de Liquidez	Corresponde à capacidade da empresa de saldar suas dívidas de curto prazo
Operac	Margem Operacional	Taxa de desempenho utilizada para medir a estratégia e a eficiência operacional
Alavanc	Alavancagem Financeira	Mede o endividamento da empresa com recursos de terceiros
Beta	Beta da empresa	Mede a sensibilidade de um título a movimentos da carteira de mercado

Quadro 4 - Variáveis Seleccionadas para Análise

Fonte: Elaborada pelos autores

As variáveis constantes no Quadro 4 foram relacionadas com o nível de evidência das empresas para buscar explicar o grau de evidência alcançado pelas empresas. Para o nível de evidência, a variável será denominada como Eviden, que representou, numa escala de 0 a 7, o nível de evidência do ativo intangível da empresa. Essas relações foram efetuadas por procedimentos de estatísticas descritivas e econométricas.

Para os testes de significâncias, o intervalo de confiança a ser considerado será aquele resultado que estiver dentro de um patamar de 95%, ou superior, de significância (confiança). Neste caso, diz-se que os conjuntos possuem uma afinidade. Porém, quando o percentual fica fora da faixa de significância destacada anteriormente, diz-se que possui baixa relevância ou importância entre os conjuntos.

Dentre os testes econométricos, neste trabalho, foram utilizadas a Correlação Canônica e a Análise de Variância pela estimativa de *Bootstrap*. Segundo Hair, Anderson, Tatham *et al.* (1998, p.444), “o objetivo da Correlação Canônica é determinar uma combinação linear para cada grupo de variáveis (dependentes e independentes) que maximize a correlação entre os dois grupos”.

A Análise de Variância de *Bootstrap*, segundo Hair, Anderson, Tatham *et al.* (1998, p. 692), é uma “abordagem não-paramétrica conhecida como reamostragem e tem conquistado apoio como uma alternativa aos métodos clássicos de inferência paramétrica”.

A reamostragem descarta a distribuição amostral assumida de uma estatística e calcula uma distribuição empírica – a real distribuição da estatística ao longo de centenas ou milhares de amostras.

RESULTADOS DA PESQUISA

Quanto à evidenciação do ativo intangível, na Tabela 1, são relacionadas às empresas e o percentual de evidenciação alcançado segundo o roteiro aplicado nesta pesquisa.

Tabela 1 – Nível de Evidenciação das Empresas

Empresas	Score Total (%)	Empresas	Score Total (%)
Autonomy Corporation	100.0%	Rio Tinto	71.4%
British Sky Broadcasting Group	100.0%	Rolls-Royce Group	71.4%
Cable & Wireless	100.0%	Smiths Group	71.4%
HSBC Holdings	100.0%	Unilever	71.4%
Invensys	100.0%	Vodafone Group	71.4%
Old Mutual	100.0%	Wolseley	71.4%
Pearson	100.0%	Admiral Group	57.1%
Reed Elsevier	100.0%	Amec	57.1%
SAB Miller	100.0%	Balfour Beatty	57.1%
Sage	100.0%	Barclays	57.1%
Tesco	100.0%	BG Group	57.1%
BT Group	85.7%	BP	57.1%
Centrica	85.7%	British Land Company	57.1%
Friends Provident	85.7%	Diageo	57.1%
Group 4 Securicor	85.7%	First Group	57.1%
International Power	85.7%	Imperial Tobacco Group	57.1%
Man Group	85.7%	Johnson Matthey	57.1%
National Grid	85.7%	Kazakhmys	57.1%
Royal Bank of Scotland Group	85.7%	Lloyds TSB Group	57.1%
Schroders	85.7%	Lonmin	57.1%
Scottish and Southern Energy	85.7%	Prudential	57.1%
WWP	85.7%	Royal Dutch Shell	57.1%
AstraZeneca	71.4%	Severn Trent	57.1%
British American Tobacco	71.4%	Smith & Nephew	57.1%
Bunzl	71.4%	Kingfisher	42.9%
Cadbury Schweppes	71.4%	Alliance Trust	28.6%
Compass Group	71.4%	BHP Billiton Group	28.6%
Glaxo Smith Kline	71.4%	Tullow Oil	28.6%
InterContinental Hotels Group	71.4%	Carnival Corporation	14.3%
Marks and Spencer Group	71.4%		

Fonte: Elaborado pelos autores

Observa-se, com base na Tabela 1, que 18,6% das empresas alcançaram 100% de atendimento do roteiro, portanto, de evidenciação dos ativos intangíveis. Por outro lado, 8,5%

das empresas tiveram menos de 50% de evidência atingida, sendo o menor índice de evidência o percentual de 14,3%. À moda dos resultados obtidos foi de 57,1% com 18 das empresas da pesquisa. A média do índice de evidência foi de 71,43%.

Os resultados obtidos na Tabela 1, anteriormente apresentada, foram utilizados para testar as Hipóteses 1 e 2 estabelecidas na metodologia deste estudo. Os resultados apontam contrariamente à Hipótese 1, pois as empresas da amostra, em, aproximadamente, 19% apenas destas, obtiveram 100% de evidência das informações dos ativos intangíveis. Os testes das hipóteses revelou-se a favor da hipótese 2, porque as empresas, em sua maioria (aproximadamente 81%), apesar de obrigadas, alcançaram um nível de evidência inferior a 100%.

Para efetuar a Análise de Variância pela estimativa de *Bootstrap*, dividiram-se os valores das variáveis (Quadro 4), em quartis, como apresentado a seguir na Tabela 2. O primeiro quartil foi denominado de G1, sucessivamente, até o último descrito como G4. A estimativa de *Bootstrap* foi realizada com reposição da amostra para 20000 reamostragens, simuladas por meio do *software* SISVAR (Ferreira, 2000).

Tabela 2 – Análise de Variância pela Estimativa de *Bootstrap* - Quartis

Grupos	AtivoTT	LL	PL	AI
G1 ^(*)	4,46a	5,13a	4,93a	4,26b
G2 ^(*)	5,53a	5,26a	5,20a	5,66a
G3 ^(*)	5,00a	4,92a	5,14a	4,78ab
G4 ^(*)	5,00a	4,66a	4,73a	5,26ab

Grupos	Liquid	Operac	Alavanc	Beta
G1 ^(*)	4,95a	5,08a	4,91a	5,22a
G2 ^(*)	4,66a	5,16a	4,41a	4,92a
G3 ^(*)	5,08a	5,54a	5,36a	4,69a
G4 ^(*)	5,33a	4,16a	5,41a	5,07a

Fonte: Elaborada pelos Autores

(*) Médias seguidas de mesma letra na coluna não diferem estatisticamente por meio do teste de comparações múltiplas análogas ao procedimento do teste SNK, ao nível de 5% de significância.

A letra após o número referente à média da estimativa de *Bootstrap* indica paridade ou não entre os valores, isto é, quando informarem a mesma letra, serão similares. Por exemplo, na variável AtivoTT, observa-se a letra “a” para todos os grupos de quartis, o que indica similaridade entre os grupos.

Os resultados da estimativa de *Bootstrap* listadas na Tabela 2 permitem considerar, por exemplo, que a variável AtivoTT, dividida em quartis, quando avaliada a sua variância em relação ao nível de evidência das empresas e assumindo as 20000 simulações de

reamostragens, não apresentaram diferenciação quanto ao nível de evidenciação e à divisão de grupos por volume ativo total das empresas.

Em outro exemplo, agora para a variável AI, o resultado indica diferenciação entre os quartis 1° e 2°, pois o G1 possui a letra “a” e o G2 a “b”, o que permite interpretar que o nível de evidenciação apresentado pelas empresas que compõem estes quartis são divergentes quanto ao volume de ativos intangíveis que estas possuem.

Em geral, para as variáveis selecionadas e destacadas na Tabela 2, a estimativa de *Bootstrap*, denota pouca afinidade em relação à diferenciação do nível de evidenciação das empresas em comparação ao volume dos valores patrimoniais dados para análise.

Para se conhecer, de maneira mais detalhada, as inter-relações entre o nível de evidenciação dos ativos intangíveis das empresas e a informações contábeis divulgadas aos usuários externos, estimou-se a Correlação Canônica. Na Tabela 3, dispõem-se os coeficientes de correlações canônicas e as significâncias deste teste.

Tabela 3 – Correlação Canônica para o Nível de Evidenciação dos Ativos Intangíveis

Evidenciação	C1 ^(*)	C2 ^(*)	C3 ^(*)	C4 ^(*)
Correlação Canônica (r)	0,1883	0,3753	0,3520	0,2009
Significância	0,8485	0,0142	0,1219	0,5150

Fonte: Elaborada pelos Autores

(*)Grupo de variáveis: C1= X1 Eviden, X2 AtivoTT, X3 PL, X4 LL, X5 AI, X6 Minorit; C2= X1 ROA, X2 ROE; C3= X1 Eviden, X2 Liquid, X3 Operac, X4 Alavanc, X5 Beta, C4= X1 Eviden, X2 AIporAT, X3 AIporPL, X4 MinporPL.

As correlações canônicas entre o nível de evidenciação dos ativos intangíveis e os grupos de variáveis, apresentadas no Quadro 4 (na seção metodologia), foram de baixa magnitude e em apenas um caso a significância foi relevante. Isso evidencia que o grupo C2, composto pelas variáveis ROA e ROE, revelou significância dentro do patamar de 5%, o que pode indicar relação entre o nível de evidenciação dos ativos intangíveis alcançados pelas empresas e os retornos trazidos pelo ativo e o PL.

Assim, as empresas com maiores retornos proporcionados pelo ativo e patrimônio líquido corresponderiam àquelas empresas com maior nível de evidenciação de ativos intangíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O investidor brasileiro, na busca por melhores investimentos, poderá recorrer às empresas britânicas listadas na Bolsa de Valores de Londres, que se destaca como uma das principais bolsas de valores do mundo pelo número de transações e valores negociados no seu

mercado e por já cumprir com as Normas Internacionais de Contabilidade que tornará realidade a partir de 2010 para as empresas listadas na BOVESPA e outros segmentos.

Sob esse contexto, desenvolveu-se a questão de pesquisa no sentido de identificar: o nível de evidenciação dos ativos intangíveis, de acordo com a IAS 38, praticado por empresas britânicas pertencentes ao índice FTSE 100, da Bolsa de Londres, em 2006.

A propósito da questão de pesquisa, foram elaboradas duas hipóteses: de acordo com a Hipótese (H₁), todas as empresas da amostra evidenciam cem por cento das informações dos ativos intangíveis requisitadas pela Norma IAS 38 e contidas no roteiro elaborado; a Hipótese (H₂) é a de que alguma empresa da amostra evidencia menos de cem por cento das informações dos ativos intangíveis requeridas pela Norma IAS 38. Como desdobramento do estudo, para os níveis de *disclosure* das empresas encontrados neste trabalho, buscou-se estabelecer relações explicativas por meio das informações patrimoniais e taxas de desempenho fornecidas pela Bolsa de Valores de Londres em relatórios para os usuários externos, denominados *Company Profile*.

A mensuração do nível de evidenciação foi possível, inicialmente, devido à identificação dos itens de *disclosure* obrigatórios da Norma IAS 38 selecionados e que compuseram o instrumento de coleta de dados. O roteiro constituído por sete questões foi utilizado para formar o índice de pontuação que buscou demonstrar o nível de evidenciação do ativo intangível por empresa, tendo como base os estudos de Botosan (1997), Eng e Mak (2003), Lanzana (2004) e Goldner (2006).

O roteiro foi aplicado nos relatórios contábeis de um total de 59 empresas. O roteiro possibilitou mensurar o nível de evidenciação do ativo intangível pelas empresas, pelo qual se examinou se os relatórios contábeis atenderam na íntegra, parcialmente ou não atenderam aos requisitos obrigatórios da IAS 38, estabelecendo para cada empresa uma pontuação mínima de 0 e máxima de 7 pontos. Isto permitiu relacionar as empresas da amostra em um *Ranking* de evidenciação.

Os resultados encontrados revelaram que 18,6% das empresas alcançaram 100% de evidenciação dos ativos intangíveis e que 91,5% das empresas atingiram uma evidenciação de pelo menos 50%. Este resultado contradiz a Hipótese 1, de que todas as empresas teriam 100% de evidenciação. Por outro lado, a Hipótese 2 foi satisfeita, isto é, a amostra possui algumas empresas com nível de evidenciação abaixo de 100%, apesar de a Norma IAS 38 ser obrigatória. Estes resultados reforçam os estudos realizados por Akhtaduddin (2005), Morais e Cunha (2005), Malacrida e Yamamoto (2006), pelos quais a exigência legal não é cumprida sempre que determinada, como se poderia esperar.

Ao se relacionar o nível de evidenciação das empresas com algumas variáveis que tiveram seus valores divididos em grupos de percentis e a utilização da estimativa de *Bootstrap* como modelo estatístico de análise de variância, destacou-se o Ativo Intangível. O Ativo Intangível, exclusivamente no percentil 1 em relação ao percentil 2, poderia evidenciar que o nível de evidenciação estaria ligado ao patamar de ativos intangíveis reconhecidos na empresa.

Por meio da Correlação Canônica, observou-se que, entre o nível de evidenciação e as taxas de retorno sobre o ativo e o patrimônio líquido, existe uma significativa relação dos dados, o que poderia indicar que os maiores níveis de evidenciação estariam vinculados a maiores retornos sobre ativo e patrimônio líquido.

Conclui-se que, apesar de obrigatório, menos de 20% das empresas alcançaram 100% de evidenciação dos ativos intangíveis e que, ao buscar relacionar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis com as informações direcionadas aos usuários externos, não se alcançou comprovação de que as relacionasse, com exceção do retorno sobre o ativo (ROA). O retorno sobre o ativo não foi aquele que melhor resultado apresentou.

REFERÊNCIAS

AKHTARUDDIN, M. Corporate Mandatory Disclosure Practices in Bangladesh. **The International Journal of Accounting**. [S.I.], v.40, p. 399-422, 2005. Artigo disponível na base de dados Blackwell. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 14 mar. 2008.

BARBETTA, P. A. **Estatística Aplicada às ciências sociais**. 5. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2003.

BARTH, M. E.; KASZNIK, R.; MCNICHOLS, M. F. Analyst Coverage and Intangible Assets. **Journal of Accounting Research**. [S.I.], v.39, n.1, p. 1-34, Jun. 2001. Artigo disponível na base de dados Blackwell. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 14 mar. 2008.

BOLSA DE VALORES DE LONDRES - **London Stock Exchange** (LSE) – Investor Centre / Annual Report Service. Disponível em <<http://www.londonstockexchange.com/>>. Acesso em 21 Ago. de 2007.

BOTOSAN, C. A. Disclosure Level and the Cost of Equity Capital. **The Accounting Review**, Washington, jul. 1997. Artigo disponível na base de dados Blackwell. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 14 de Mar. 2008.

DAHMER, L. V.; ESTRADA, R. J. S. A relação existente entre o grau de satisfação dos clientes e dos consumidores de uma indústria alimentícia do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (XXII), 2002, Curitiba – PR. **Anais Eletrônicos...** Curitiba: ENEGEP, 2002.

EDVINSSON, L.; MALONE, M. S. **Capital Intelectual**: descobrindo o valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos. São Paulo: Makron Books, 1998.

ENG, L. L.; MAK, Y. T. Corporate governance and voluntary disclosure. **Journal of Accounting and Public Policy**, [S.I.], v. 22, p. 325-345, 2003. Artigo disponível na base de dados Blackwell. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 8 de Ago. 2008.

FERREIRA, D. F. **Manual do sistema SISVAR para análises estatísticas**. Lavras: Ufla, 2000.

FREUD, J. E.; SIMON, G. A. **Estatística Aplicada: economia, administração e contabilidade**. Tradução Alfredo Alves de Farias. 9. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

GELB, D. S. Intangible assets and Firms' Disclosures: An Empirical Investigation. **Journal of Business Finance & Accounting**, [S.I.], v.29, p.457-476, 2002. Artigo disponível na base de dados Blackwell. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 14 Mar. 2008.

GU, F.; WANG, W. Intangible assets, information complexity, and analysts' earnings forecasts. **Journal of Business Finance & Accounting**, [S.I.],v.32, p. 1673-1702, 2005. Artigo disponível na base de dados Blackwell. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 14 Mar. 2008.

GOLDNER, F. **O disclosure das demonstrações contábeis e financeiras dos maiores bancos brasileiros**. 2006, 105f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças. Vitória: Fucape, 2006.

HAIR, J. F. Jr.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Multivariate Data Analysis**. 5 ed. Prentice Hall: New Jersey, 1998.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDAS, M. F. V. **Teoria da Contabilidade**. Tradução de Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

IASB – International Accounting Standards Board. IFRS Summaries / **Resumos de IFRS e IASs**: Português, Londres, jan. 2007. Disponível em <www.iasb.org>. Acessado em 02 Fev. de 2008.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LANZANA, A. P. **Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras**. 2004. 154f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de São Paulo. São Paulo: USP, 2004.

LEMES, S.; CARVALHO, L. N. G. de. Efeito da Convergência das Normas Contábeis Brasileiras para as Normas Internacionais do IASB. In: IV CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2004, São Paulo – SP. **Anais Eletrônicos...** São Paulo: USP, 2004.

LEV, B. **Intangible: Management, measurement and reporting**. Washington: Brookings Institution Press, 2001.

MALACRIDA, M. J. C.; YAMAMOTO, M. M. Governança Corporativa: Nível de Evidenciação das Informações e sua Relação com a Volatilidade das Ações do IBOVESPA. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, Ed. Comemorativa, p. 65-79, set-2006.

MARTINS, E. **Contribuição à avaliação do ativo intangível**. 1972. 109f. Tese (Doutorado em Contabilidade e Atuária) – Universidade Federal de São Paulo. São Paulo: USP, 1972.

MORAIS, R. L. P.; CUNHA, M. A. da. **A importância do Disclosure no Mercado de Capitais: Um Estudo sobre o Nível de Transparência na Divulgação de Informações dos Bancos Múltiplos no Brasil.** Disponível em: <<http://www.ucb.br>>. Acessado em 25 abr. 2009.

NONAKA, I. **A empresa criadora de conhecimento.** São Paulo: Futura, 1997.

OLIVEIRA, M. C.; PONTE, V. M. A Prática da Evidenciação de Informações Avançadas e Não Obrigatórias nas Demonstrações Contábeis das Empresas Brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 4, n.36, p. 7-20, set.-dez. 2004. Disponível em: <<http://www.eac.fea.usp.br/eac/revista/>>. Acesso em: 21 de abr. 2008.

REZENDE, R. C. A.; GUIMARÃES, E. C.; TAVARES, M. Determinação do tamanho de amostra para a estimativa da condutividade hidráulica do solo saturado, em diferentes condições de plantio. In: REUNIÃO ANUAL DA REGIÃO BRASILEIRA DA SOCIEDADE INTERNACIONAL DE BIOMETRIA (47^a), Lavras – MG. **Anais eletrônicos...** Lavras: UFLA, 2002.

RICARDINO FILHO, A. A. Algumas limitações do ensino de auditoria nos cursos de ciências contábeis no Brasil. In: III CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2003, São Paulo – SP. **Anais em CDROM.** São Paulo: USP, 2003.

RITTER, A.; WELLS, P. Identifiable intangible asset disclosures, stock prices and future earnings. **Journal Accounting and Finance**. [S.I.], v.46, p.843-863, 2006. Artigo disponível na base de dados Blackwell. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 28 Nov. 2008.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. dos. **Avaliação de Ativos Intangíveis.** São Paulo: Atlas, 2002.

SOUZA, P. R. E. de B. **Análise do atual estágio de disclosure das companhias abertas no mercado de capitais brasileiro e contribuições para o seu aprimoramento.** Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1995.

THEÓPHILO, C. R.; SACRAMENTO, C. O. de J.; NEVES, I. F.; SOUZA, P. L. de. O ensino da teoria da contabilidade no Brasil. **Revista Contabilidade Vista & Revista**. Belo Horizonte-MG. v.11, n.3, p.3-10, dez-2000.

VERRECCHIA, R. E. Discretionary Disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, Amsterdam, v. 5, n.3, p. 179-194, Dec. 1983. Artigo disponível na base de dados Blackwell. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 17 de mar. 2008.

WEFFORT, E. F. J.; VANZO, G. F. dos S.; OLIVEIRA, A. B. S. Conhecimentos e Habilidades para atuar no Ambiente Internacional de Negócios: A relevância do Ensino de Contabilidade Internacional na percepção de alunos do curso de graduação em Ciências Contábeis. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios** – FECAP, São Paulo, v.7, n.18, p. 7-20, ago. 2005.